



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

FÁTIMA DOS SANTOS SILVA

DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO
ENSINO MÉDIO SOBRE O PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA
ESCOLA PÚBLICA

AREIA-PB

2018

FÁTIMA DOS SANTOS SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal da Paraíba como requisito
parcial para a obtenção do título de Licenciada em
Ciências Biológicas.

Orientador(a): Prof^ª Dra. Ângela Cristina Alves Albino

AREIA
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586d Silva, Fátima Dos Santos.

Desafios da Gestão Escolar: Percepção dos alunos do ensino médio sobre o processo de gestão democrática na escola pública / Fátima Dos Santos Silva. - Areia:UFPB/CCA, 2018. 49 f.

Orientação: Ângela Cristina Alves Albino.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCA.

1. Participação discente. 2. Democratização. 3. Gestão compartilhada. I. Ângela Cristina Alves Albino. II. Título.

UFPB/CCA-AREIA

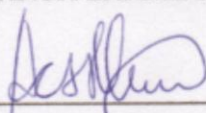
FÁTIMA DOS SANTOS SILVA

**DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO
ENSINO MÉDIO SOBRE O PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA
ESCOLA PÚBLICA**

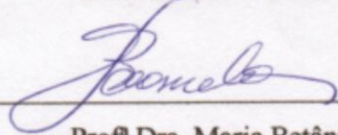
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal da Paraíba como requisito
parcial para a obtenção do título de Licenciada em
Ciências Biológicas.

Trabalho de graduação aprovado em: 05/07/2018.

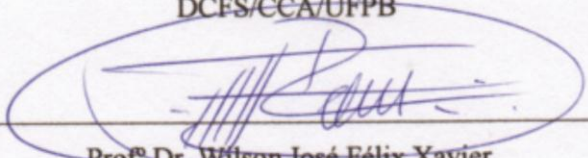
BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Ângela-Cristina Alves Albino
Orientadora – / DCFS CCA/UFPB



Profª Dra. Maria Betânia Sabino Fernandes
DCFS/CCA/UFPB



Profª Dr. Wilson José Félix Xavier
DCFS/CCA/UFPB

Areia

2018

Dedico...

*Aos meus pais e familiares pelo incentivo, para nunca desistir
de meus objetivos e sonhos. A Dona Santa, Seu Hercílio e a
Neta vocês são essenciais na realização de cada etapa da minha
carreira profissional. Obrigada por tudo que fazem por mim!*

“...O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos no mínimo fará coisa admiráveis.”
(José de Alencar)

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida concedida, pela proteção, pela força e por tudo que tenho e pelo que sou até hoje e que sem Ele, nada seria possível. Gratidão!

Ao meu Pai, João Barbosa da Silva por representar em minha vida este exemplo de homem guerreiro, trabalhador e honesto que faz tudo o que é possível para que seus filhos estudem e cresçam profissionalmente.

À minha querida Mãe (in memoriam) Analice dos Santos Silva por ter sido uma mãe tão maravilhosa e que eu amo muito (Amor eterno), muito obrigada por ter acreditado no meu potencial (“minha filha você realizará todos os seus sonhos, basta você seguir em frente sem hesitar e nunca desistir”).

Aos meus irmãos e sobrinhos, Fabiana, Ana Lúcia, André e Estér, Avany, João Pedro e Murilo, obrigada pelo carinho e torcida de sempre... Amo vocês.

À minha segunda família (Dona Santa, Seu Hercílio e Neta), sem vocês esse sonho não seria possível, muito obrigada por todo carinho e amor. Vocês são especiais e essenciais em minha vida. Gratidão!

À minha orientadora Ângela Albino, obrigada pelo seu sim! Desde o momento que entrou na sala de aula para ministrar a aula na disciplina... soube que seria com a Senhora que iria encerrar essa fase tão importante na minha vida. Tenho admiração pelo seu trabalho (Exemplo de competência e amor pelo trabalho). Muito obrigada por dedicar parte de seu precioso tempo a mim e a este trabalho.

Aos membros da Banca examinadora, professora Betânia e Professor Wilson. Grata pelo sim de vocês e pelas valiosas contribuições

As minhas amigas da turma minha primeira turma, do bacharel em Biologia, Girlene (amiga irmã), Danielle, Maria de Fátima, Natália, Ana Carla, Josilene, Aninha e demais colegas de turma. Obrigada pela amizade e pelo carinho. Gratidão!

Aos meus novos colegas de turma (2014.1- Licenciatura), Alberlânia, Geam, Jonas (Admiro esse trio e essa amizade, sei que são verdadeiros uns com os outros), Gabriel Ginane, Viviane, Monique, Laertty, Isabella, Danilo e aos demais, em especial a minha companheira de inúmeros trabalhos Gyslleynne Costa (obrigada por ser uma pessoa tão amável e compreensiva). Obrigada por tudo! Gratidão!

A todos os professores que contribuíram para a formação dos meus conhecimentos, sem vocês nada seria possível. Admiração a todos os meus mestres, cada um tem um jeito peculiar de transmitir, uns quero seguir como exemplo, em especial quero agradecer aos professores da Licenciatura, vocês possuem um lado humano que fez toda a diferença na hora de escolher e continuar esta graduação. Obrigada a todos!

A todos os servidores do CCA, em especial a Didiu (LEV), seu Beto e Rona (biblioteca), obrigada pelas caronas diárias. A Adriana secretária da Biologia, obrigada pelas conversas e por me adicionar a sua lista de amigos. A Delza e Eduardo, obrigada pela disponibilidade em resolver os problemas que surgiram durante a longa jornada.

Aos coordenadores do curso de Ciências Biológicas, vocês sempre se mostraram muito receptivos em resolver todos os problemas que surgiram durante a minha passagem pelo CCA.

Enfim, a todos aqueles que torceram por mim!

Muito obrigado!

LISTA DE SIGLAS

ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação

CF - Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONEDs - Congressos Nacionais de Educação

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEB - Fundo de manutenção e Desenvolvimento da educação Básica

FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE - Planos Decenais de Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

UNE- União Nacional dos Estudantes

UBES - União Brasileira dos estudantes Secundaristas

RESUMO

O presente estudo analisou a percepção dos discentes do Ensino Médio da escola pública a respeito do processo de gestão democrática e a participação na tomada de decisão nas instituições de ensino. Como os alunos configuram e identificam a gestão e o processo político mediante a realidade cotidiana destes indivíduos. Este é um tema contemporâneo de extrema relevância para a melhoria do processo de ensino aprendizagem e para o processo de democratização da educação. Os discentes devem ser priorizados nos processos participativos na escola, esses são direitos garantidos pela CF/88, LDB/96 e pelo ECA. Tais direitos foram conquistados através de muitas lutas e não foi e nem é nada fácil implantar a gestão democrática participativa dentro das escolas. A partir das disciplinas de estágio supervisionado e do PIBID, surgiu a inquietação com a temática. O primeiro e segundo capítulo traz um embasamento teórico com diversos autores como: LÜCK, (2004; 2006; 2007a; 2007b; 2008; 2009) LIBÂNEO, (2004) O trabalho operou com um questionário semiestruturado com caráter exploratório e qualitativo, e amostra foi de 10 alunos do ensino médio de uma escola pública do município de Areia, PB, Brasil. Nas respostas verificou-se que os alunos sentem-se excluídos do processo de tomadas de decisão, a participação é muito restrita; há ausência de diálogos com a direção/ gestão; não há eleições para a escolha do gestor e ainda afirmaram que a mesma se dá de maneira autoritária. Demonstraram interesse em fazer parte das tomadas de decisão, processo este fundamental para a formação crítica, cidadã e humana dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Participação discente. Democratização. Gestão compartilhada.

ABSTRACT

The present study analyzed the public school students' perceptions regarding the democratic management process and participation in decision making in educational institutions. How students shape and identify the management and the political process through the daily reality of these individuals. This is a contemporary theme of extreme relevance for the improvement of the process of teaching learning and for the process of democratization of education. Students should be prioritized in participatory processes at school, these are rights guaranteed by CF / 88, LDB / 96 and ECA. These rights were won through many struggles and it was not easy to implement participatory democratic management within schools. From the disciplines of supervised internships and the PIBID, there arose the disquiet with the theme. The first and second chapter presents a theoretical basis with several authors such as: LÜCK, (2004; 2006; 2007a; 2007b; 2008; 2009) LIBÂNEO, (2004) The work operated with a semi-structured questionnaire with exploratory and qualitative character, and sample was of 10 high school students from a public school in the city of Areia, PB, Brazil. In the answers it was verified that the students feel excluded from the decision-making process, participation is very restricted; there is no dialogue with management / management; there are no elections for the manager's choice and they also affirmed that it is authoritarian. They have shown an interest in being part of the decision making process, a fundamental process for the critical, citizen and human formation of the students.

KEYWORDS: Student participation. Democratization. Shared management.

SUMÁRIO

1.CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO I.....	15
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO.....	15
1.1. HISTÓRIA E PROCESSOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL	15
1.2. LEGISLAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA	17
1.3. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PARAÍBA	20
CAPÍTULO II.....	23
PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA NA ESCOLA PÚBLICA	23
2.1. AGENTES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	23
2.2. OS GRÊMIOS ESTUDANTIS E A PARTICIPAÇÃO DISCENTE	24
2.3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PERTENCIMENTO ESCOLAR – O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)	26
METODOLOGIA.....	28
ÁREA DE ESTUDO.....	29
CAPÍTULO III	29
PERCEPÇÃO DOS DISCENTES NA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	30
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
3.1. A CONFIGURAÇÃO DA GESTÃO	31
3.2. A PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS	36
3.3. OS SIGNIFICADOS EM TORNO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

1.0. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Gestão escolar democrática é uma temática bastante discutida atualmente, pois tem como intuito buscar soluções para o processo de ensino aprendizagem, dá destaque às transformações em direção à descentralização do poder, há necessidade de um trabalho voltado com a participação de todos os membros da escola e da comunidade local, na busca pela qualidade educacional, LUCK (2009, P.92).

Segundo Dourado (2007, p.923), a educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como locus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação. Desta forma, saber como estrutura-se as gestões nas escolas públicas, faz-se de extrema importância.

A gestão democrática nos sistemas de ensino público tornou-se um tema muito discutido na atualidade, tal reflexão é principal objeto de estudos científicos sobre as formas de melhor administrar a educação pública, com o intuito de melhorar qualitativamente o processo de ensino aprendizagem dos discentes.

O presente trabalho aborda como tema o perfil da gestão nas instituições de ensino públicas e como os discentes do Ensino Médio veem esse processo de democratização e participação dentro dessas instituições, sendo um tema contemporâneo e de extrema importância para a melhoria do processo de ensino aprendizagem no ensino público. Surgindo assim o seguinte questionamento: Como os alunos dos anos finais do ensino básico (ensino médio) percebem a sua participação na gestão da escola pública? Para responder o questionamento foram estabelecidos os seguintes objetivos: analisar a percepção dos alunos do ensino médio de escola pública a respeito da gestão democrática, bem como verificar se estes participam dos processos de tomadas de decisões dentro do ambiente escolar. É importante e necessário identificar e saber como os alunos configuram a gestão e como acontece o processo político mediante a realidade do cotidiano dos mesmos.

A escolha pelo tema surgiu durante as observações e participações no PIBID (Programa de iniciação a docência) e dos estágios supervisionados obrigatórios para o curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Agrárias. Desde o primeiro contato com a escola ficou perceptível que as escolas públicas do município de Areia no estado da Paraíba, em sua maioria, não fazem processos seletivos (eleições) para

escolher os gestores das escolas e que os discentes nunca participam das decisões pertinentes à mesma, este fato deixa-me inquieta, sabendo da importância e grande relevância de uma escola ser administrada democraticamente e com a participação da comunidade escolar, desta forma pretende-se contribuir para os estudos da administração escolar participativa.

Segundo Lück (2009, p.72), “A participação, portanto, demanda preparação, que envolve a capacidade de tomar decisões de forma compartilhada e comprometimento com a implementação das decisões tomadas”. Em vista disso, cabe, pois, ao gestor, promover na escola o ambiente propício para a orientação dessa participação.

A pesquisa ainda se propôs analisar até que ponto essa compreensão de gestão democrática é importante no processo de formação docente dos licenciandos em Ciências Biológicas.

Os discentes devem ser priorizados nos processos participativos de tomadas de decisões, estes são os agentes e ao mesmo tempo são os protagonistas do sistema educacional. Visto que esses são direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de diretrizes e bases da educação - LDB/ 1996 e pelo Estatuto da Criança e do adolescente – ECA. Estes direitos (a conquista democrática) foram conquistados através de muita luta e não foi e nem é nada fácil implantar a gestão democrática participativa dentro das escolas.

No primeiro capítulo foi feita uma breve apresentação histórica dos marcos e legislações pertinentes ao processo participativo e da gestão democrática no Brasil. Com o intuito de aprofundar o embasamento teórico sobre o tema “Gestão democrática e participação discente” nas escolas públicas.

O segundo capítulo traz uma pesquisa sobre o processo de participação e democracia na escola pública, elencando os agentes da gestão democrática, mostrando como funciona e como acontece a participação dos discentes nas tomadas de decisão dentro do ambiente escolar. A participação dos alunos nos grêmios estudantis, os conselhos escolares, o pertencimento escolar, e a criação do Projeto Político Pedagógico - PPP acontecem de acordo com a necessidade de cada escola. A democratização educacional é essencial para a formação social e humana dos alunos, assim com também é indispensável para a autonomia dos mesmos e da escola da pública.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados e discussão da pesquisa. Como os discentes percebem e como configuram a gestão da escola, e como acontece a processo participativo dos mesmos. Logo, serão expostos os questionários exploratórios com as respectivas respostas dos estudantes seguidas das possíveis discussões.

Por fim serão demonstradas as conclusões e considerações finais do presente estudo.

CAPÍTULO I

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

1.1. HISTÓRIA E PROCESSOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL

No século XX por volta de 1930 dá-se enfoque para o desenvolvimento educacional brasileiro, visto que dava-se início a necessidade do avanço econômico devido ao processo de industrialização e do capitalismo.

Até a Primeira República pouco se relatava sobre a administração escolar, visto que não havia um sistema escolar organizado que atendesse as necessidades da população, os governantes da época não se importavam e acreditavam não ser importante o processo de formação educacional das pessoas. Não existindo muitos escritos sobre a administração escolar, havia apenas “memórias, relatórios e descrições de caráter subjetivo, normativo, assistemático e legalista” (SANDER, 2007a, p.21).

Neste período o cenário educacional acadêmico encontrava-se baseado nos ideais progressistas de educação, se contrapondo ao processo educacional tradicional e este não mais favorável ao desenvolvimento do país, o foco no momento estava voltado para o processo de industrialização, assemelhando-se ao sistema norte americano de educação, ou seja, seguia para o movimento pedagógico da Nova Escola, seguindo um novo caminho a história da gestão escolar, “começamos a escrever um novo capítulo no campo da administração da educação escolar” (SANDER, 2007b, p.425).

Desta forma, tais transformações eram evidentes não só no Brasil, porém em todo o mundo, promovendo inúmeras mudanças nas mais diversas áreas como economia, política e no social. E os profissionais da educação da escola nova passaram a reproduzir o pensamento liberal democrático, com o intuito de alcançar uma sociedade igualitária. A nova escola deseja mudar a forma tradicional de educar, trazendo um sentido mais ativo e participativo, apresentando como características, a integralização, praticidade, uma educação mais ativa, levando o aluno para o centro das atenções, estimulando a iniciativa do discente e seu desenvolvimento.

Com o fim do estado Novo, na década de 1940 e a promulgação da Constituição Federal (CF) em 1946, há um aumento na discussão sobre a democratização da educação, visando discutir as “diretrizes e bases da educação nacionais”, baseando-se nos ideais

progressistas. Surgindo assim, as condições necessárias para a democratização da educação no Brasil, elaborando-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) no ano de 1961, esta não foi muito favorável para a população, visto que, haviam interesses políticos do Congresso Nacional, instituições privadas (igreja) e liberais (setor público), travando uma luta que durou treze anos. Esta lei sofre inúmeras modificações em 1968 e em 1971, sendo substituída pela atual LDB, promulgada em 20 de dezembro de 1996.

Prescrevendo a LDB que os sistemas de ensino, ao definirem as normas de gestão democrática do ensino público, considerarão os seguintes princípios: “I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” (IBID., p. 50). No seu artigo (Art. 14), além da parte pedagógica propriamente dita, a Lei prevê a existência de Conselhos Escolares, abrangendo assim toda a comunidade escolar. Na sequência, a LDB traz em seu Art. 15, observadas as normas gerais de direito financeiro público, “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas da educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira” (Idem, IBID.). Finalmente, referindo-se à educação superior, prescreve:

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. (IBID., p. 74).

Com o intuito de garantir o sucesso escolar, esse novo modelo da gestão vem sendo introduzida no âmbito das reformas educacionais como uma estratégia fundamental e essencial. A ênfase nos resultados e nos indicadores de desempenho constitui um fator crucial de modernização da gestão educativa. Essa concepção tem-se fortalecido a partir da última década do século XX, passando-se a defender em todo o setor público, o modelo de gestão descentralizada, com participação dos usuários, que vão influenciar a criação de propostas para o bom desempenho da gestão educacional.

A conformação desse novo modelo de gestão educacional assumirá como referencial as orientações homogeneizadoras, elaboradas a partir de orientações dos organismos internacionais, criando um documento que garante a equidade para todos os cidadãos, e este foi amplamente discutido na Conferência de Jomtien (Tailândia-Declaração Mundial sobre Educação para todos), realizada em 1990, e deu origem a Planos Decenais de Educação (PDE) que levavam em consideração, entre outras medidas, a modernização da gestão como fator fundamental para a obtenção dos objetivos escolares. O novo modelo gerencial busca

estabelecer uma nova cultura organizacional firmada nos princípios de gestão estratégica e do controle de qualidade, orientada para a racionalização, a eficiência e a eficácia.

Em 09 de janeiro de 2001, foi aprovado pela Lei nº 10.172, o Plano Nacional de Educação (PNE), oriundo de um embate de projetos organizados pela sociedade civil e o governo federal. Sendo então promulgada em dezembro de 1997 pela Câmara dos deputados. Este documento é uma proposição da sociedade brasileira e foi elaborado em dois Congressos Nacionais de Educação (CONEDs), com a finalidade de reafirmar o que antes foi previsto pela CF e pela LDB:

Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (IBID., p. 105).

Assim, os três documentos (CF, LDB e o PNE), presumem as possíveis formas de efetivação da gestão democrática: o Projeto Político Pedagógico (PPP) e os conselhos e colegiados. Onde o PPP é um processo e os conselhos e colegiados são instâncias de representatividade. Todos são essenciais para a concretização da gestão participativa e democrática. Sendo assim, a legislação é específica quanto à obrigatoriedade da gestão democrática em estabelecimentos públicos. Enquanto que, os colegiados como o Conselho Nacional de Educação (CNE), incluem representantes de instituições privadas, assegurando a pluralidade de opiniões. Porém a legislação não interfere no processo de democratização do ensino nas instituições privadas, com isso, demonstra-se também as dificuldades que o estado enfrenta nas relações de poder na educação.

1.2. LEGISLAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Na década de 60, mais precisamente no ano 1961 foi criada a Legislação LDB – Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, no mesmo ano foi criada a Associação Nacional de Professores da Administração Escolar, subsequente foi denominada Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar-ANPAE, em 1971, em Niterói; Associação Nacional de Profissionais de Administração Educacional, em 1976, em Brasília; Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação, em 1980, no Rio de Janeiro; e, finalmente, Associação Nacional de Política e Administração da Educação, em 1996, em Brasília, denominação vigente até hoje. Com intuito associativo para

discussões da política pedagógica em todo país, sendo essencial para formação do pensamento pedagógico e administrativo.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal (CF) cria-se o princípio da gestão democrática do ensino público no Brasil, junto a outros princípios inseridos no artigo 206 vem reforçar o caráter democrático da “Constituição cidadã”, reafirmando o período pós ditadura.

A constituição Federal de 1988 já apontava para modificações necessárias na gestão educacional, com vistas a imprimir-lhes qualidade. Do conjunto dos dispositivos constitucionais sobre educação, é possível inferir que essa qualidade diz ao respeito caráter democrático, cooperativo, planejado e responsável da gestão educacional, orientado pelos princípios arrolados no artigo 206 da mesma. Entre estes, colocam-se a garantias de um padrão de qualidade do ensino e a gestão democrática (FREITAS, 2000, p. 58).

A qualidade do ensino depende diretamente da qualidade dos serviços ofertados, devendo assim ser mantido através de um padrão de qualidade, sendo este fundamentado nos padrões científicos acumulados e no modo como os conteúdos serão transmitidos, um desafio moderno e contemporâneo. Faz-se necessário um conjunto de habilidades e competências para se tornar um profissional que domine métodos e técnicas de ensino que proporcionem aos discentes uma formação básica, porém crítica e reflexa. Implicando no enfrentamento de um processo de mudança, o conhecimento e a informação se torna cada vez mais presente no mundo do trabalho, da comunicação, do lazer, e de outras realidades de uma sociedade globalizada, adentrando nos mais diversos territórios da vida social e humana.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL,1988) em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei número 9394/96 reforça tal princípio constitucional federativo em seu artigo 3º, inciso VIII, repassou os sistemas de ensino à definição das normas da gestão democrática do ensino: VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e das legislações dos sistemas de ensino. E no inciso III também refere-se diretamente aos gestores escolares, pois trata de: “[...] III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola; [...]” (BRASIL, 1996).

A importância desse inciso é fundamental tanto que, no artigo 12, ele é retomado de modo explícito nos incisos VII e VIII. O inciso VII obriga os responsáveis pela gestão escolar/direção a “[...] II – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica; [...]” (BRASIL, 1996).

Essa obrigação é válida, visto que é direito da família acompanhar o desenvolvimento e a frequência dos alunos, no entanto para os alunos ausentes (faltosos), ainda no artigo 12, inciso VII – o gestor e a escola devem manter ligações com outras agências de cuidado para com os menores de idade: “[. . .] VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação de alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido.” (BRASIL, 1996)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/90), além de ser retirada da LDB, acrescenta alguns pontos bastante significativos em seu inciso V do art. 53 deve-se assegurar “[...] acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência [...]” (BRASIL, 1990). Além do acesso a escola, é preciso garantir a permanência do aluno, e estando assim diretamente relacionada como ele é recepcionado no ambiente escolar. Mais um desafio para o gestor, que precisa conhecer a realidade da comunidade e das famílias no entorno da escola. Quais as necessidades dessas famílias e com isso na hora de administrar os recursos financeiros é imprescindível conhecer os elementos básicos do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação FUNDEB. E assim conseguir melhorar as necessidades materiais da escola, perpassando pelo material didático escolar, transporte e alimentação.

O gestor/Administrador escolar é responsável por liderar a construção do PPP junto com o corpo docente e demais membros. No artigo 12 da LDB, em seu inciso I traz que o planejamento é um processo obrigatório. O Projeto pedagógico é a marca registrada da escola, onde são guardadas as normas, orientações, critérios e as diretrizes dos órgãos normativos, sendo papel do gestor zelar pela política da criação do Projeto Pedagógico, e a ele cabe liderar propostas, organização pedagógica, os conteúdos curriculares, o calendário escolar. Cada escola tem suas peculiaridades e o seu planejamento, criação e execução do projeto é algo único e intransferível.

Segundo Cury, durante a sua passagem pela presidência da república, Fernando Henrique Cardoso trouxe inúmeras alterações benéficas para a política educacional brasileira, fortemente marcada:

(...) por políticas focalizadoras, com especial atenção ao ensino fundamental, a fim de selecionar e destinar os recursos para metas e objetivos considerados urgentes e necessários. Tais políticas vieram justificadas por um sentido, por vezes satisfatório, do princípio da equidade como se este fosse substituto do da igualdade (CURY, 2002, p.197).

Tais políticas foram decisivas e extremamente importantes para a transformação da educação através de ações promovidas pelo governo federal aos Estados e Municípios enfatizando: a divulgação de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a criação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) pelo FUNDESCOLA, a implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a realização de uma política avaliativa centralizadora, em detrimento de um sistema que propiciasse a colaboração recíproca entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

1.3. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PARAÍBA

O Governador do Estado da Paraíba, Ricardo Vieira Coutinho, no ano de 2014, cria um manual de gestão democrática da educação escolar com o intuito de apoiar e fortalecer a educação nos municípios paraibanos.

Na gestão democrática, os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos são discutidos, planejados, executados e acompanhados por diferentes atores, o que promove a descentralização do poder de decisão e a divisão de responsabilidades.

Sobre a formação dos gestores a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB dispõe em seu Art.64.

“A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional”.

Para Luck (2000), o gestor tem como focalização a observação de problemas educacionais gerais dentro e fora da escola, bem como possuir visão ampla e estratégica e da conjuntura, assim como, através de ações interligadas, como se fosse uma rede de funcionamento, como citado abaixo.

A gestão escolar dos sistemas de ensino e de suas escolas constitui uma dimensão e um enfoque de atuação na estruturação organizada e orientação da ação educacional que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições estruturais, funcionais, materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais (LUCK, 2010, p. 26).

A gestão democrática segundo Luck (2006) vem para mudar o processo autoritário dentro do ambiente escolar, propondo uma reflexão sobre o papel do gestor na busca pela qualidade

da escola pública. E segundo a mesma, subentende-se por gestão democrática o ato de administrar, gerir uma instituição promovendo a participação de todos os membros envolvidos direta e indiretamente no processo educacional de forma democrática e só assim será possível haver melhoria do ensino.

No que se refere às especificidades do gestor a Lei afirma que, este deverá ser um líder e possuir habilidades e competências para ser um administrador escolar, além de organizar o trabalho, os profissionais que estão envolvidos com o processo de ensino aprendizagem dentro e fora da escola. Deve ainda conhecer toda a legislação pertinente ao cargo, devem buscar atingir ao máximo a excelência dos serviços prestados a comunidade. Torna-se necessário que o mesmo participe de formação continuadas relacionadas à prática administrativa e pedagógica essenciais para as competências esperadas pelo administrador escolar.

Compete ao gestor:

1. Garante o funcionamento pleno da escola como organização social, com o foco na formação de alunos e promoção de sua aprendizagem, mediante o respeito e aplicação das determinações legais nacionais, estaduais e locais, em todas as suas ações e práticas educacionais.
2. Aplicam na prática de gestão escolar e na orientação dos planos de trabalho e ações promovidas na escola, fundamentos, princípios e diretrizes educacionais consistentes e em acordo com as demandas de aprendizagem e formação de alunos como cidadãos autônomos, críticos e participativos.
3. Promove na escola o sentido de visão social do seu trabalho e elevadas expectativas em relação aos seus resultados educacionais, como condição para garantir qualidade social na formação e aprendizagem dos alunos.
4. Define, atualiza e implementa padrões de qualidade para as práticas educacionais escolares, com visão abrangente e de futuro, de acordo com as demandas de formação promovidas pela dinâmica social e econômica do país, do estado e do município.
5. Promove e mantém na escola a integração, coerência e consistência entre todas as dimensões e ações do trabalho educacional, com foco na realização do papel social da escola e qualidade das ações educacionais voltadas para seu principal objetivo: a aprendizagem e formação dos alunos.
6. Promove na escola o sentido de unidade e garante padrões elevados de ensino, orientado por princípios e diretrizes inclusivos, de equidade e respeito à diversidade, de modo que todos os alunos tenham sucesso escolar e se desenvolvam o mais plenamente possível.
7. Articula e engloba as várias dimensões da gestão escolar e das ações educacionais, como condição para garantir a unidade de trabalho e desenvolvimento equilibrado de todos os segmentos da escola, na realização de seus objetivos, segundo uma perspectiva interativa e integradora.
8. Adota em sua atuação de gestão escolar uma visão abrangente de escola, um sistema de gestão escolar e uma orientação interativa, mobilizadora dos talentos e competências dos participantes da comunidade escolar, na promoção de educação de qualidade LUCK (2009, p.12)

Para que a gestão seja considerada democrática de fato e de direito é necessário à participação de atores internos e externos a comunidade escolar, como os pais, alunos, professores, pessoas da comunidade e da sociedade local, assim cabe ao gestor ser o mediador incentivador para que este seja instituído, e seus membros sintam-se participantes ativos desse processo. O Conselho escolar possui lei específica e possui evidente atuação na gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola pública. Além disso, também possui funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e mobilizadora, nos assuntos referentes à administração da escola, resguardados os princípios da CF, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria de Educação.

No Plano Estadual de Educação do Estado da Paraíba em seu art.2º traz como uma de suas diretrizes: “VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública”;

No entanto, o princípio de “Gestão democrática” nem sempre é respeitado e executado, esta é realidade que encontramos na maioria das escolas públicas do nosso país. Por exemplo: O processo de escolha das direções escolares em sua maioria não ocorre de forma democrática, e os pais, alunos e funcionários não participam desse tipo de tomada de decisão, quase sempre, essa escolha é feita por “indicação política” (indicação de um vereador, deputado ou outro cargo político), existe a vaga na secretária de educação para a função de gestor escolar, e esta será ocupada por qualquer pessoa(nem sempre será um pedagogo), e há muitas das situações em que o gestor assume sem ter as mínimas competências e habilidades inerentes ao cargo.

CAPÍTULO II

PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA NA ESCOLA PÚBLICA

2.1. AGENTES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Muitas são as pessoas envolvidas no processo democrático dentro do espaço escolar. Todos são essenciais e precisam desempenhar seus papéis. É preciso discutir e interagir perante as problemáticas que surgem durante o cotidiano escolar. O gestor é a liderança, força motriz desse processo, este não trabalha sozinho, deve estar em parceria com os professores e todos os funcionários da instituição, por sua vez, o aluno também deve ser encaixado nesses debates junto com seus pais e familiares. Estes deverão se reunir em organizações para através de normatizações participarem do processo democrático e das decisões administrativas e pedagógicas. Estas instâncias colegiadas é uma das formas de exercer a cidadania democrática nas escolas, onde propostas de caráter educacional são decididas coletivamente.

De acordo com Brito (2013), o conceito de gestão democrática, participativa e compartilhada está agregado ao fortalecimento da democracia inserido no processo pedagógico, a partir do instante em que todos aqueles que são afetados pelo processo de ensino aprendizagem passam a ser reconhecidos como parte legítima para interferir no processo de construção do projeto educacional, alcançando resultados positivos na escola. De certo modo, nada mudará se não existir uma efetiva participação de todos (pais, alunos, funcionários, professores, gestores e comunidade em geral) os componentes interessados.

O professor e a gestão da escola sabem o quanto é importante à participação da família para o processo educacional do aluno, e esse acompanhamento nem sempre acontece. No entanto, se esse é um desejo de todo educador, que os parentes e ou responsáveis estejam sempre presentes nas atividades e reuniões da escola.

Para Libâneo (2004, p.131-132.)

A gestão democrática participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva de objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca do consenso.

Quando falamos em comunidade escolar é impossível dissociar este tema da importância que a família tem nesse processo. É que o educando deve participar ativamente

nos processos de democratização da escola pública. Está garantido não só na CF/88, na LBD/96 e no PNE, o termo “Gestão” tem amparo legal também no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990), na qual traz em seu capítulo IV, art. 53:

A criança e o adolescente têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o trabalho, assegurando-lhes: direito de organização e participação em entidades estudantis e acesso a escola pública e gratuita próxima a sua residência. (BRASIL, 1990.)

A prática da “Gestão democrática” como é descrito no ECA deve ir bem mais além, pois também assegura ainda em seu artigo 53 a participação da família (dos pais ou responsáveis), e estes devem participar do processo pedagógico e educacionais desenvolvidos na escola, esta prática só será efetivada com a organizações colegiadas como: os Grêmios Escolares, Associação de pais, mestres e funcionários, Associação de Pais e Comunitários e Conselhos Escolares, estes devem abranger todos os representantes e juntos devem decidir quais as melhores formas de solucionar os problemas e como o dinheiro deverá ser gasto, afim de sanar todas as necessidades da instituição escolar.

2.2. OS GRÊMIOS ESTUDANTIS E A PARTICIPAÇÃO DISCENTE

Organizações nacionais de estudantes surgiram na década de 30 (UNE- União Nacional dos Estudantes), os movimentos estudantis eram predominantemente compostos por movimentos universitários, sustentando-se em centros e diretórios acadêmicos ou uniões, clubes universitários e associações.

Os movimentos sociais organizados pelos estudantes foram protagonistas na luta pelo fim do regime militar (mais precisamente entre os anos de 1964 à 1969), os estudantes secundaristas tiveram participação importante nesta luta.

Entretanto, a proibição das mobilizações e organizações estudantis continuou, e a participação estudantil passou a ser controlada pelo governo. Os ministros das forças armadas instituíram através do Decreto Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, criaram a disciplina Educação Moral e Cívica, a qual foi incluída em todos os níveis e modalidades escolares do país. Instituído pelo decreto presidencial, nº 68.065/71, na qual os discentes eram responsáveis pela escolha dos diretores, porém sob a assistência de um orientador, e as chapas que seriam formadas deveriam ser aprovadas previamente pela direção da escola. De acordo o decreto nº 68.065/71, o centro cívico seria destinado à "centralização no âmbito escolar e à

irradiação, na comunidade local, das atividades de educação moral e cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do educando".

O ato de participar remete a uma ação, contudo, sem se desvincular do pensar e sentir. Há um sentimento de pertencimento, entre o indivíduo e o meio no qual se insere, assim, o vínculo se dá por questões maiores do que simplesmente fazer parte. Desse modo, a participação pode ser vista como um processo contínuo, um conjunto de ações em que a disputa se estabelece diante interesses que podem ser divergentes ou antagônicos e, não obstante, podem leva a conquistas ao se definir um ponto comum alcançado por meio de discussão e negociação (RAMOS, 2005).

O Dicionário de Política de Norberto Bobbio (2000) apresenta o conceito de Participação Política, e este é usado para designar uma imensa variedade de atividades que passam pelo ato de votar, pela participação em manifestações e em movimentos sociais. Isso demonstra que as interpretações podem ser as mais diversificadas possíveis:

O termo participação se acomoda também a diferentes interpretações, já que se pode participar, ou tomar parte nalguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque (BOBBIO, 2000, p. 888).

Diante destas possibilidades colocadas sobre a participação, há que se descreverem os caminhos da pesquisa. Ao estudar a participação dos jovens discentes no cotidiano escolar por meio do grêmio estudantil, e as experiências suscitadas nesse campo de atuação, caso existam essas experiências, potencialmente, pode influenciar no estabelecimento de uma relação baseada no diálogo, contribuindo para a formação crítica dos cidadãos, preparados para o efetivo exercício de seus direitos e cumprimento dos deveres. Em relação a isso, pensamos que o termo Participação Social dos alunos contemple os objetivos que norteiam a pesquisa.

Para Brandão (1992), o jovem poder participar das ações e decisões que são tomadas no ambiente escolar através do grêmio escolar é algo que ultrapassa as normas e regras de convivências, trata-se de construir valores e significados, cria-se uma relação mais profunda entre a escola e o discente.

Este processo não foi considerado fácil, visto que, foi preciso a criação de uma lei federal específica para garantir a legalidade de participação das organizações estudantis – Grêmio Estudantil (Lei nº 7.398 de 04 de novembro de 1985), na qual é possível garantir o direito e a participação dos alunos nas tomadas de decisão nas instituições escolares sejam elas públicas ou particulares. Junto a União Brasileira dos estudantes Secundaristas (UBES), estes jovens passaram a visitar as escolas, com o intuito de sensibilizar e organizar os

estudantes para usufruir do direito a participação nas instituições de forma ativa, exercendo assim sua cidadania e autonomia através dos grêmios estudantis.

Se a participação efetiva de toda comunidade escolar é o ponto essencial para excelência no processo de ensino aprendizagem e na execução de projetos escolares nada mais justo, que a formação de organizações para assim representar as partes interessadas na formação humana e cidadã dos estudantes. Sendo assim, necessária a formação dos conselhos de classe, associação de pais, mestres e funcionários, grêmios estudantis, eleições para gestores/diretores, representantes de classe/turma, criação do PPP - Projeto Político Pedagógico.

Observa-se que existe uma necessidade para a efetivação dos PPP's em termos práticos, isto só acontecerá quando as pessoas sentirem-se responsáveis pelo destino das instituições públicas de ensino a fim de que possam vislumbrar um futuro mais promissor na educação e consequentemente em suas vidas e que venham a repercutir em mudanças na sociedade em todos os sentidos.

2.3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PERTENCIMENTO ESCOLAR – O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento criado com a finalidade de atender a todas as necessidades da unidade escolar e este também é essencial para que uma gestão seja então considerada democrática participativa de fato e de direito. Este garante a autonomia da escola e contempla a forma e a execução da proposta de trabalho a que a mesma se propõe.

O PPP é responsável por nortear e direcionar todas as atividades que se desenvolve no ambiente escolar (sejam estas de caráter pedagógico ou organizacional), buscando solucionar possíveis problemas e dificuldades que possam interferir no processo de ensino aprendizagem. Sua construção deve ser coletiva, tendo como objetivo a oferta da qualidade do ensino para o aluno. É importante refletir a perspectiva da escola, garantindo a dissipação de conceitos importantes para a formação discente, como ética e cidadania. Nesse processo, mesmo que de forma direta ou indireta, todos deverão participar e construir ao longo da trajetória da escola o PPP, esta é uma ferramenta organizacional que pode e deve ser alterada sempre que necessário, mas é preciso que gestores, professores, pais, alunos, funcionários e membros da comunidade tornem-se agentes e mediadores, comprometendo-se em executá-lo.

Para Veiga (2001, p. 187), o PPP “é a configuração da singularidade e da particularidade da instituição educativa”. E deve:

i) ser construído a partir da realidade, explicitando seus desafios e problemas; ii) ser elaborado de forma participativa; iii) corresponder a uma articulação e organização plena e ampla de todos os aspectos educacionais; iv) explicitar o compromisso com a formação do cidadão e os meios e condições para promovê-la; v) ser continuamente revisado mediante processo contínuo de planejamento; e vi) corresponder a uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade escolar.

Segundo Albino (2010 p.77) “O projeto político pedagógico, no contexto discursivo acadêmico, se apresenta como instrumento de luta e não como uma receita mágica para resolver todos os problemas da escola”. E Vasconcelos (2002 p.21- 22) destaca que a escola, é capaz de investigar e perceber suas próprias necessidades e problemas, de modo que pode vir a tomar iniciativas para superar tais dificuldades. Caso contrário, submete-se, apenas, à avaliação externa, que aumenta o seu grau de fragilidade e dependência. Embora que, não se deve negar a avaliação externa, desde que seu sentido, conteúdo e forma, sejam negociados. A escola não tendo seu próprio ponto de vista fica exposta ao juízo externo, sem ter parâmetro para contrapor. Ressalta o autor:

[...] projetar a instituição é tarefa dos seus agentes e não de ‘especialistas’ e/ou ‘burocratas’ do sistema educacional. É o coletivo que vai fazer sua leitura da realidade, manifestar seus objetivos e assumir compromissos com a prática transformadora, de tal forma que o Projeto contemple sua singularidade e tenha a cara da escola. As estratégias de imposição - explícita ou camuflada – de projetos a partir do exterior têm fracassado sistematicamente.

Para Albino (2010 p.78), o sucesso da construção pedagógica é a garantia da autonomia da escola, e estes dependem da efetiva participação de toda comunidade escolar. A discussão coletiva na construção do PPP simboliza referência imprescindível, para que os sujeitos da escola possam vislumbrar as possíveis formas de participação. Nesse sentido, pode-se desenvolver a percepção de que a escola é um espaço que não esgota seu trabalho de reprodução do social.

Desde modo, é possível confirmar o pertencimento escolar por parte dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, e os alunos podem e devem sentir-se parte integrante do ambiente escolar, assumir o papel e fazer parte da construção da sua identidade de forma mais democrática.

METODOLOGIA

A pesquisa buscou descrever e analisar a compreensão de gestão na voz dos discentes. Este estudo tem caráter descritivo e qualitativo, visto que, há uma necessidade de caracterização sobre o tema antes já descrita e que foi consultada diante dos questionamentos que surgiram durante a pesquisa. O método pode ser considerado indutivo, visto que surge de uma realidade local para que possa ser entendido de forma global a temática.

A pesquisa foi desenvolvida numa escola pública, no município de Areia-PB, e será utilizada como parte integrante da estruturação do TCC para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas da UFPB/CCA.

Desta forma teve como finalidade analisar a percepção dos alunos do ensino médio da escola pública a respeito da gestão democrática e se estes sentiam-se integrados e participativos dos processos de tomada de decisão dentro do ambiente escolar. Elencamos assim, as principais características que marcam um processo de gestão administrativa do ambiente escolar público.

Foi utilizado um questionário investigativo exploratório semi-estruturado contendo oito (8) perguntas destinadas aos alunos da etapa final do ensino básico (primeiro e segundo ano do ensino médio), especificamente uma amostra de 10 alunos de uma escola pública do Município de Areia, PB, para captação dos dados qualitativos, necessários para a efetivação do trabalho.

ÁREA DE ESTUDO

Areia é um município brasileiro do estado da Paraíba, inserido na mesorregião do agreste paraibano, na microrregião do Brejo Paraibano. Sua área é de 267 km², com uma população estimada em 22.776 habitantes (IBGE, 2014), possui um microclima diferenciado, com média pluviométrica anual de aproximadamente 1200mm. (FIGURA 1).

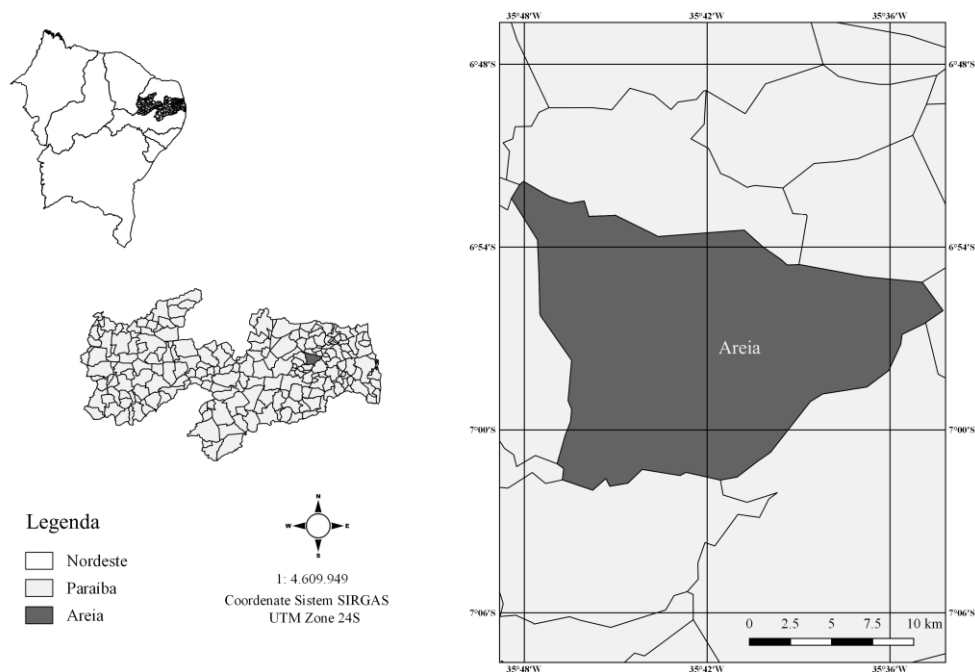


Figura 1. Mapa do Estado da Paraíba com destaque do município de Areia, PB, Brasil.

Fonte: Própria

A pesquisa foi feita numa escola pública no Município de Areia no estado da Paraíba, na zona urbana. A escola é destinada para o ensino Fundamental II e Ensino Médio.

CAPÍTULO III

PERCEPÇÃO DOS DISCENTES NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.0. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos nos questionários. As perguntas foram abertas e/ou fechadas. As respostas de perguntas abertas e fechadas são ilustradas com alguns exemplos de respostas dos estudantes.

A primeira questão continha de forma direta o que os alunos sentem pela escola e perguntava:

Você gosta da sua escola?

Resposta dos discentes

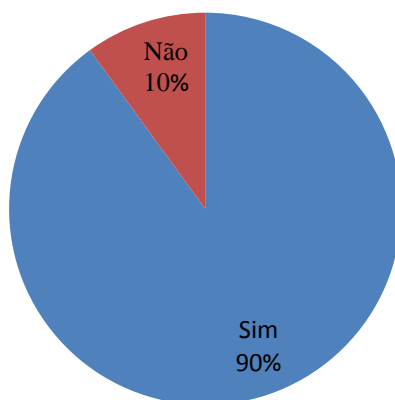


Gráfico 1. Respostas dos discentes se gostam ou não da escola em que estudam.

Fonte: Própria

A maioria dos alunos respondeu: “Sim”, afirmando gostar da escola em que estudam, apenas um aluno respondeu “Não”, afirmando não gostar da escola. Ou seja, a maioria gosta de estudar e estar na escola. Do ponto de vista analítico, o sujeito precisa se sentir bem e ser acolhido para gostar do ambiente escolar. Como se vê faz-se necessário que todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem cumpram seus papéis e que transmitam confiança para os alunos, para que só assim esses possam gostar de estar dentro da escola.

De acordo com LISBOA E KOLLER (2004), esse tem sido um tema bastante polêmico, a análise do contexto escolar e sua contribuição para o desenvolvimento social e

afetivo das pessoas. A escola deve construir uma cultura de confiabilidade, que vão além dos vínculos emocionais entre gestores, professores e estudantes, de certo modo, traduzidos pela expressão “gostar” (AMPARO et al., 2008).

Assim, a dimensão de sentir-se bem, no ambiente escolar é um fator importante no processo analítico da gestão e participação, como elementos constitutivos da democracia no âmbito educativo.

3.1. A CONFIGURAÇÃO DA GESTÃO

No percurso do trabalho empírico, o segundo questionamento buscou verificar o tempo que os alunos estudam na escola, bem como captar o modo como eles a descreviam.

A maior parte dos alunos que respondeu que estudam nessa escola de 2 a 3 anos (40%). Os demais disseram que está há apenas um ano na escola (30%) e os demais disseram que estão há mais de quatro anos (30%) . De um modo geral, os alunos já estão há um tempo considerável na instituição e detêm algumas observações em torno do sentido da gestão e participação escolar. Por estarem no Ensino Médio é justificado um número significativo dos alunos que estão entre dois e três anos apenas, pois são oriundos de outras instituições.

O fato dos alunos chegarem ao Ensino Médio e permanecerem nele gera uma reflexão sobre o processo de democratização do ensino na escola pública, especificamente, o direito que todos nós cidadãos brasileiros possuímos de acesso e permanência na escola pública e que esta seja de qualidade. A construção desse processo está diretamente associados aos direitos sociais e humanos, e assim, garantido por leis específicas, a ampliação da laicidade, da universalização do acesso, da gestão democrática, garantia de padrão de qualidade, extensão da jornada escolar, dentre outras garantias. Ou seja, tais aspectos estão intimamente ligados à criação de condições de oferta da educação pública e esta é vista como um direito social de todos.

Na Constituição Federal (C.F.) de 1988, em seu artigo 205 diz que a educação é direito de todos e visa ao preparo da pessoa para o exercício da cidadania. Observamos que o constituinte traz uma definição política de educação: “é um direito de todos e um dever do Estado e da família”.

Ainda na C.F., em seu artigo 206, apresentam os princípios que norteiam o ensino, entre os quais: igualdades de condições de acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; gratuidade no ensino público em estabelecimentos oficiais;

gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade. Pode-se observar que todos esses princípios estão envolvidos com a educação para todos.

Segundo Padovani (2006), o indivíduo encontra-se socializado com outras pessoas e com estas devem interagir, e estes com o ambiente, os vínculos e influências nas formas diretas e indiretas provocam mudanças e transformam o ambiente e conseqüentemente os sujeitos que dele fazem parte.

Ao descrever a escola os alunos responderam respectivamente:

Estudante 1: [...] *"Legal"*.

Estudante 2: [...] *"É uma escola muito incrível"*.

Estudantes 5,6,7: [...] *"Boa"*.

Estudante 8: [...] *"Era boa no começo"*

Estudante 3: [...] *"Ótima"*

Estudante 4: [...] *"Uma ótima escola, onde a qualidade de ensino é excelente, que traz oportunidades aos seus estudantes"*.

Estudante 9: [...] *"Boa porém desorganizada"*

Estudante 10: [...] *"Possui uma direção muito desorganizada, fazendo com que os alunos percam diversas oportunidades por conta de irresponsabilidades"*.

De acordo com as expectativas dos alunos, a gestão escolar precisa agir e planejar junto com todos os envolvidos nesse processo. A escola não precisa ser só "boa fisicamente", mas necessita de pessoal qualificado para lidar com todos os tipos de situações, os estudantes devem ser escutados, pois têm muito a contribuir. A participação pode acontecer de forma individual e coletiva, não deve ser imposta ou dada e sim compartilhada por todos.

Nem todos os alunos mostraram-se totalmente satisfeitos com a escola, embora a maioria afirme gostar da mesma. Cabe aos profissionais que estão todos os dias dentro da escola buscar meios que facilitem e melhore a convivência e a socialização entre as pessoas e este ambiente.

Segundo Ferreira e Pereira (2017) no contexto escolar, a participação dos envolvidos na gestão da escola contribuem para a realização de um planejamento coletivo, tomada de decisões e ações em prol da melhoria da qualidade da educação ofertada aos alunos.

Para Ferreira (2011), deve-se também levar em consideração, que o ambiente escolar promova os direitos dos alunos e isso só se inicia quando é garantido o direito de participação destes, assim:

Promover o diálogo com os educandos e suas demandas, partindo da própria escola, faz com que - além do reconhecimento de sua própria

condição de sujeitos de direitos - experimentem situações de pertencimento, elevação de autoestima e desejo de cooperar. Desse modo, os alunos sentir-se-ão mais acolhidos pela escola e, por consequência, com mais prazer em nela permanecer, realizando as atividades escolares com maior motivação e participação. Assim sendo, a escola como formadora e socializadora de sujeitos; “palco” de importantes acontecimentos e “ensaios” da vida adulta, oportunizará e promoverá a participação efetiva de seus atores sociais. (FERREIRA, 2011).

Além disso, a direção da escola é responsável por reduzir as diferenças e as desigualdades dentro desta. Cabe ao gestor tornar a escola democrática, bem como as seguintes funções: liderar, organizar e monitorar, fazer planejamentos e executar os projetos que acontecem na escola. São muitas suas responsabilidades dentro da instituição e, nesse sentido afirma Vieira:

O desenvolvimento de uma estrutura organizacional adequada, que facilite adaptações rápidas, assim como o desenvolvimento de uma cultura favorável á mudança são condições necessárias para que a escola possa se transformar continuamente (VIEIRA, 2003 p.49).

Na terceira pergunta foi solicitado aos alunos que os mesmos completassem a seguinte sentença:

Uma escola democrática é aquela que...

As respostas foram satisfatórias e a maioria dos alunos tem conhecimento imediato do termo democrático. Porém sempre existem aqueles que não têm a mínima noção do que é uma escola democrática, estes responderam que: “escola democrática” é aquela que possui “merenda”. E estas respostas chamam a atenção, já que os alunos indagados estão cursando a etapa final do ensino básico, no ensino médio. Segue os depoimentos:

Estudantes 1 e 6: [...] *”escuta seus alunos”*

Estudante 3: [...] *”da liberdade aos seus alunos de opinarem”*

Estudante 8: [...] *”interage com os alunos”*

Estudantes 5 e 7: [...] *”tem merenda”*

Estudante 4: [...] *”escuta seus alunos na hora de tomar decisões, para uma melhor educação”*

Estudante 2: [...] *”na qual se prioriza a participação do coletivo em todas as ações tomadas no âmbito da escola”*.

Estudante 9: [...] *“interage com seus alunos de forma pacífica e os escuta, independentemente de qualquer situação, tem sinceridade e clareza com os estudantes”*.

Estudante 10: [...] *“leva em conta o ponto de vista dos alunos, onde professores não se consideram melhores que os alunos apenas por estarem no cargo de professores”*.

Os alunos configuram a gestão democrática como o ato de administrar, planejar, acompanhar todas as atividades da escola, porém devem interagir e escutar a opinião dos estudantes. E esta deve ser uma relação de reciprocidade e de igualdade, não de autoritarismo e nem de imposições.

Assim sendo, de extrema importância perceber a existência do distanciamento entre as leis e a realidade do cotidiano escolar. Faz-se necessário abrir novos espaços e caminhos para a gestão democrática, ou seja, no que se refere ao “diálogo como forma superior de encontro das pessoas e soluções de conflitos”(CURY, 2006). Apesar das garantias de participação discente está presente na legislação (LDB/96), mesmo sendo consideradas um grande avanço para educação brasileira, ainda há muito que se fazer.

É preciso reconhecer que “nos avanços da gestão democrática, a presença e voz dos alunos muito pouco avançou” (ARROYO, 2005, p.42), novas interpretações são indispensáveis para que novos caminhos possam ser seguidos.

De acordo com os debates em torno dos significados da participação, compreendemos que a identidade do aluno pode não incluir somente o referencial de estudantes muitas vezes idealizado pela escola. A participação deve acontecer nos mais diversos processos na escola, não só nas atividades básicas e obrigatórias (frequência, fazer e entregar atividades), participar vai muito além disso, é fazer parte de forma significativa. Segundo ABRAMO (2004):

Além de pensar na participação juvenil como um processo educativo relacionado ao seu desenvolvimento integral, e como uma herança pela qual se espera que se responsabilizem, é preciso pensá-lo como um direito através do qual os jovens podem negociar suas demandas e contribuir para as mudanças na sociedade. (ABRAMO, 2004, p. 23).

Os discentes pretendem deixar de ser meros espectadores e almejam participar das tomadas de decisões dentro e fora do ambiente escolar, para isso garante-se sua colaboração nos Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, conforme leis específicas e essa participação é o reconhecimento da importância da democracia para a formação humana e cidadã destes estudantes. De acordo com o depoimento:

O Estudante 4: [...] *“escuta seus alunos na hora de tomar decisões, para uma melhor educação”*.

Os alunos querem ser escutados e necessitam participar das tomadas de decisões contribuindo com a gestão. Os discentes são aptos a julgar se a escola é ou não democrática, visto que são os personagens principais do sistema educacional. Tudo deve estar voltado para suas necessidades, para um bom aprendizado e para a formação crítica e cidadã.

Todas as falas dos alunos levam a uma reflexão profunda sobre validar o esforço histórico em democratizar a escola pública, e ainda levar a democracia e a participação de todos nesse processo.

Para Brito (2013), a gestão democrática, participativa e compartilhada está agregada ao fortalecimento da democracia inserida no processo pedagógico, a partir do instante em que todos aqueles que são afetados pelo processo de ensino aprendizagem passam a ser reconhecidos como parte legítima para interferir no processo de construção do projeto educacional, alcançando resultados positivos na escola. De certo modo nada mudará se não existir uma efetiva participação de todos os membros interessados.

Na fala de um dos alunos: Estudante 10: [...] *“leva em conta o ponto de vista dos alunos, onde professores não se consideram melhores que os alunos apenas por estarem no cargo de professores”*.

Ele quis expressar o quanto o aluno sente-se inferior perante o autoritarismo e a imposição que são impostas pelos cargos dentro do ambiente escolar. Há de certo modo uma hierarquia que deveria ser apenas organizacional, porém não separatista e nem discriminatória. Todos são iguais e precisam buscar o mesmo ideal, melhor qualidade no processo de ensino aprendizagem, a autonomia dos estudantes e da escola. A escola é responsável por cumprir seu papel social.

De acordo com Luck (2009):

Essa responsabilidade social, é importante que sempre se tenha claro, se revela na medida em que seja orientada em favor do aluno, para o seu desenvolvimento, para a sua formação, para a cidadania e aprendizagem significativa promotora das competências e consciência que lhe permitam atuar de forma positiva na sociedade e usufruir de seus bens e serviços. Isto é, que se torne capaz de assumir, de forma estreitamente associada, direitos e deveres. Nesse sentido, a gestão democrática escolar é exercida tanto como condição criadora das qualificações necessárias para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas do aluno, como também para a criação de um ambiente participativo de vivência democrática, pela qual os alunos desenvolvem o espírito e experiência de cidadania, caracterizada pela consciência de direitos em associação a deveres (LUCK, 2009, p.71).

Para assegurar que nesse processo se obtenha êxito, deve-se embasar-se no trabalho participativo organizado e coletivo em torno de um projeto: “a gestão democrática, no interior da escola (...) trata-se da participação crítica na construção do projeto político-pedagógico e na sua gestão” (VEIGA, 2002, p. 18).

3.2. A PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS

Na quarta pergunta os alunos foram indagados se sempre estão em contato com o (a) gestor (a) da escola.

Costuma ter contato com o (a) diretor (a) da sua escola?

A maioria da resposta foi “Não”. Os alunos afirmaram não ter contato com o (a) diretor (a) da escola. Apenas um terço respondeu ter contato com o mesmo.

Estudantes 3,4 e 8: [...] “Sim”.

Estudantes 1,2,5,6,7 e 9: [...] “Não”

Estudante 10: [...] “Não, um deles nunca está na escola e outro sempre está no celular e nunca da atenção ao que falamos”.

Nas respostas dos alunos percebe-se a necessidade do diálogo e da presença do gestor escolar. A democracia de fato e direito não está acontecendo nesta escola. Estes necessitam do sentimento de pertencer ao sistema escolar, porém sem participação esse pertencimento nunca existirá. Como transformar esses jovens em cidadãos críticos, e como estes podem adquirir a autonomia se até o direito de comunicação com a gestão da escola é extremamente limitado.

É do diretor da escola a responsabilidade de liderança, de coordenação das atividades, deve incentivar e compartilhar os compromissos, ser um observador, deve encontrar soluções para os problemas que surgirem no cotidiano escolar.

Segundo Luck (2004, p 32),

É do gestor da escola a responsabilidade máxima quanto à consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento plenos dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido e controlando todos os recursos para tal. Devido a sua posição central na escola, o desempenho de seu papel exerce forte influência (tanto positiva, como negativa sobre todos os setores pessoais da escola).

O gestor junto à escola são os principais responsáveis pela formação e orientação dos discentes, e estes devem desenvolver habilidades e competências para resolver conflitos do cotidiano, almejando o crescimento do educando para que ele possa conviver socialmente,

exercer sua cidadania e estar apto e qualificado para o mercado de trabalho. O educando é um sujeito do processo educacional, logo, a escola precisa ser crítica, dinâmica e libertadora, o educando precisa ser questionado e instigado a participar e ter autonomia. Na escola e todos os formadores educacionais necessitam desenvolver habilidades que contribua para a efetiva formação integral dos alunos.

De acordo com Chalita (2001, p.137):

Respeito ao aluno é o elemento fundamental a ser obedecido se quer formar uma geração com capacidade simultânea de sonhar e de executar, geração que imagine utopias e lute para a concretização delas; que imponha metas e não tenha medo de tentar atingi-las, em qualquer idade.

Pensar em educação é pensar também como meio a ser utilizado por pessoas com inúmeros objetivos a serem alcançados, o educando é um sujeito do processo educacional, desta forma, a escola precisa ser uma escola ativa, crítica e libertadora. Portanto, é preciso questionar o perfil de educando que se está recebendo e qual o cidadão que a escola quer.

Em continuidade, os estudantes foram indagados da seguinte forma: o seguinte

Como foi o processo de escolha da direção? Você participou desse processo?

As respostas foram preocupantes, pois a maioria dos alunos (as) responderam “Não sei”, afirmando não saber como acontece o processo de escolha dos gestores da escola. E um aluno (a) respondeu “boa”, ou seja, este aluno (a) nem sequer entendeu o que estava sendo perguntado. Apenas um aluno (a) respondeu de forma consciente de sua realidade escolar, e do processo que ocorre na maioria das escolas da nossa região. “A indicação política” para cargos de direção das escolas públicas.

E prontamente todos os alunos questionados responderam que “Não” participaram desse processo.

Estudantes 1,6,3,8,5,7: [...] “Não sei, não”.

Estudante 2: [...] “boa”.

Estudante 4: [...] “Indicação política, ele era diretor de outro colégio na cidade, posteriormente passou a dirigir nossa escola”.

Estudante 9: [...] “Não sei, os alunos são privados da maioria dos assuntos que parecem não lhes dizer respeito”.

Estudante 10: [...] “Eu não participei, mas sei que a filha do “diretor” foi escolhida e ele entrou no lugar dela”.

Este foi um dos questionamentos que mais nos chamou a atenção. Percebe-se nas respostas dos alunos que a maioria não sabe sequer como foi o processo de escolha da direção da escola. Os mesmos dizem estar alheios a este assunto, e até julgam que os assuntos que envolvem a escola não lhe dizem respeito.

A participação não deve acontecer só de forma individual, mas também de forma coletiva, esse é princípio da democracia, Pode-se definir, portanto, a gestão democrática como um processo na qual se criam condições e são definidas as orientações para que os membros da comunidade escolar não só sintam-se parte integrante, mas assumam os compromissos para sua efetivação, é mais que um processo de tomada de decisões (LUCK et al., 2008), é a construção social pela ação coletiva. Para a mesma autora:

A participação constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, a participação está centrada na busca de formas mais democráticas de promover a gestão de uma unidade social. As oportunidades de participação se justificam e se explicam, em decorrência, como uma íntima interação entre direitos e deveres, marcados pela responsabilidade social e valores compartilhados e o esforço conjunto para a realização de objetivos educacionais (LUCK, 2009,p.71)

Dando continuidade os alunos foram questionados a respeito de decisões coletivas no espaço escolar nos mais diversos aspectos.

Você já opinou ou participou de decisões coletivas em sua escola? Organização da estrutura física (salas, quadra, pátio, jardim, banheiros, etc.), organização de festividades, conselhos de classe, campeonatos, eventos em geral.

Mais uma vez a resposta predominante foi “Não”. Apenas dois alunos responderam “Sim”.

Estudantes 1,4,5,6,7,8: [...]”Não”.

Estudantes 2 e 3: [...]”Sim”.

Estudante 9: [...]”Não, algumas turmas são mais privilegiadas, enquanto outras não ouvidas”.

Estudante 10: [...]” Não, geralmente alguns alunos de certas turmas são privilegiados, enquanto outros não tem voz”.

Os alunos não costumam participar das decisões coletivas na escola, porém dois alunos responderam que já participaram de decisões quando se fala em estrutura física, organização de eventos, conselhos de classe, campeonatos e eventos no geral, confirmando

assim o depoimento de dois alunos, no qual afirmaram: *“Alguns alunos de certas turmas são privilegiados, enquanto outros não tem voz”*.

De acordo com alguns depoimentos existem alunos e ou turmas que são “privilegiados” e que estes podem opinar nas decisões coletivas da escola. Porém esta atitude desmerece os demais colegas, que não estão satisfeitos por não poder opinar e nem participar de escolhas tão significativas e importantes para todos. Mostra-se, a partir disso, que a escola não está baseada nos princípios da “Gestão democrática” e quem perde é a escola e os alunos.

Segundo Luck (2006), gestão democrática é o ato de administrar, gerir uma instituição que promova a participação coletiva de todos os membros envolvidos no processo educacional, desde professores, alunos, funcionários e a sociedade no entorno, com um objetivo em comum, melhoria do processo de ensino aprendizagem. Substituindo o autoritarismo que desde muito tempo assustou toda a comunidade escolar, para propiciar uma reflexão quanto ao papel do diretor/gestor na busca qualidade e eficiência da escola pública.

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização de competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais (LUCK, 2006, p. 21).

A participação do educando na escola pode assumir pontos diferentes, dependendo de como é materializada. Desse modo, pode assumir, entre outras, três modalidades:

1) participação autônoma: quando a escola abre espaços participativos que valorizem os sujeitos e eliminem as hierarquias e quando os estudantes organizam seus espaços, como o grêmio estudantil, sem depender da interferência de gestores ou professores; 2) participação dependente: direcionada pelos adultos da escola, restringindo a participação dos alunos à execução de ações anteriormente decididas; 3) participação negada ou indeferida: pode ser pelo aluno, quando a escola abre espaços e os estudantes se recusam a participar ou pela escola, quando os espaços de participação são limitados ou não são oportunizados (LELES, 2007).

A educação apresentará caráter democrático participativo na medida em que efetivar mecanismos de distribuição de funções, só assim a escola desenvolverá a aprendizagem democrática e formará assim cidadãos críticos e participativos.

Na sétima pergunta os discentes foram indagados sobre a importância de eleições dentro do espaço escolar:

**Em sua sala de aula tem eleição para presidente de turma? Como é realizada?
Você considera importante essa eleição?**

De acordo com a maioria dos alunos, em suas salas de aula tem um presidente de turma, porém, boa parte dos alunos não soube explicar como ocorreu a escolha do representante de turma, respondendo “Não sei”. E um dos alunos respondeu “Não” acredita ser importante esse tipo de eleição (escolha de um representante de sala).

Estudante 7: [...] *”Sim. Sorteio ”*, não opinou.

Estudantes 5 e 6: [...] *”Sim/tem, por votos/eleição, Sim ”*

Estudante 4: [...] *”Sim, alunos interessados em ser presidente de sala, se candidatam previamente ao cargo. Os demais votam em seu preferido ”*.

Estudante 9: [...] *”Sim, não sei, mas tenho certeza que não é de forma democrática nem ética. Sim ”*.

Estudante 10: [...] *”Ainda não houve, mas considero importante. Mas na maioria das vezes o eleito é alguém sem responsabilidade ”*.

O processo democrático acontece dentro das salas de aula desde muito cedo, onde os alunos escolhem por votação os colegas que serão os representantes de toda a classe. Este processo é fundamental para a democratização na sala e na escola.

Nesse sentido, a participação do aluno na escola pode acontecer de forma legal e organizada, através do Conselho Escolar, através do Conselho de Classe Participativo e no Grêmio Estudantil ou Grêmio Escolar, estes são considerados órgãos colegiados nos quais o aluno pode representar-se ou se fazer representar.

3.3. OS SIGNIFICADOS EM TORNO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Como continuidade questionou-se na oitava pergunta:

Em quais aspectos a escola poderia melhorar para se tornar um ambiente mais democrático? (Sugestões)

As respostas foram diversificadas e inquietantes. Alguns responderam: “Não sei”; “Não sei opinar”, “Não sou capaz de opinar”, “Escutar os alunos”, “interagir com os alunos”.

Percebe-se que muitos dos alunos confundem-se e não compreendem claramente o que vem a ser um ambiente democrático, este fato é preocupante, visto que, os mesmos já estão cursando o ensino médio.

Estudante 1: [...] *”Interagindo com os alunos ”*.

Estudantes 3 e 8: [...] *”Escutando os alunos ”*.

Estudante 2: [...] *"Estrutura"*.

Estudante 6: [...] *"Não sou capaz de opinar"*.

Estudante 5: [...] *"Alguns"*.

Estudante 7: [...] *"Não sei"*.

Estudante 4: [...] *"Bons funcionários; Professores qualificados; maior diálogos com os alunos para uma merenda de qualidade; Na escolha do tema da mostra pedagógica mais diálogos com os alunos"*.

Estudante 10: [...] *"Os alunos devem participar das decisões tomadas e estar cientes dos assuntos escolares, haver mais organização, que a voz dos alunos seja ouvida e não sejam tratados como submissos"*.

Estudante 9: [...] *"Que os alunos sejam ouvidos e tenham conhecimento sobre tudo que acontece na escola"*.

A escola é o espaço privilegiado para se debater sobre participação e democracia, porém nem sempre isto ocorre na prática. A escola pública ainda tem um longo caminho a percorrer e precisa estar mais aberta ao diálogo com os alunos, professores e funcionários. Os alunos relatam serem "excluídos" das tomadas de decisões, e afirmam faltar organização em todo ambiente escolar. E ainda afirmam que é necessário a escola possuir: "Bons funcionários; Professores qualificados; maior diálogo com os alunos"...

Para Dourado (2007, p.940) a demanda pela melhoria da qualidade da educação requer medidas não só no ingresso e na permanência dos alunos, mas exige ações para reverter o contexto de baixa qualidade do processo de ensino aprendizagem no sistema educacional, o que presume, por um lado, mencionar os condicionantes da política de gestão e, por outro, refletir sobre a criação de método para mudar o quadro atual da educação pública.

Diante dessa perspectiva, o conceito de qualidade, não pode ser circunscrito a rendimento escolar, nem tomado como referência para competições entre instituições de ensino. Uma educação com qualidade social, democrática e participativa é descrita por um conjunto de fatores que refletem dentro e fora da escola, referindo-se a qualidade de vida dos discentes e suas famílias, a suas condições socioeconômicas e culturais, e inerentes à escola através de gestores, professores, PPP, recursos, instalações físicas, estrutura organizacional, relações subjetivas e ambiente escolar, tudo que esteja relacionado ao cotidiano escolar.

(...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo

ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...) DOURADO et. al (2007, p. 9)

Cabe ao gestor junto a toda comunidade escolar buscar meios que proporcione uma perspectiva que melhore a qualidade da educação, mediadas por efetiva regulamentação do regime de colaboração com todos os envolvidos e interessados no processo de ensino aprendizagem, objetivando, assegurar um padrão de acesso, permanência e gestão na educação básica, elencado por políticas e ações que promovam a educação democrática participativa e de qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência na escola é essencial para a formação dos discentes dos cursos de Licenciatura e, em especial, para os do ensino de Biologia. Através deste estudo pode-se vivenciar e sentir, a necessidade do processo democrático participativo nas escolas públicas.

A Gestão democrática é muito mais que um conceito, sendo assim, é fundamental compreender este tema para além

de seu aspecto conceitual. Não se trata apenas de uma concepção social, mas da percepção de que a democratização da gestão é condição estruturante para efetiva qualidade da educação, é permitir que a escola estabeleça vínculos com a comunidade local, dando sentido a proposta pedagógica, onde todos os agentes (gestores, professores, alunos, pais, funcionários e comunidade geral) possam participar desde o planejamento até fiscalização das atividades e ações desenvolvidas com o intuito de promover a efetiva educação com qualidade social e cidadã.

Observou-se que, na escola na qual foi realizado o estudo não há eleições para escolha das direções escolares e que as mesmas são escolhidas por indicação de terceiros. É importante para aprendizagem dos discentes que a escola seja administrada democraticamente e que todos possam participar das tomadas de decisão, inclusive os próprios alunos, pois devem ser escutados para que suas necessidades sejam atendidas.

Durante o percurso, foi feito uma breve apresentação histórica dos marcos e legislações pertinentes ao processo participativo e da gestão democrática no Brasil. Com o intuito de aprofundar o embasamento teórico sobre o tema “Gestão democrática e participação discente” nas escolas públicas.

A pesquisa sobre o processo de participação e democracia na escola pública foi apresentada elencando os agentes da gestão democrática, mostrando como funciona e como acontece a participação dos discentes nas tomadas de decisão dentro do ambiente escolar. A participação dos alunos nos grêmios estudantis, os conselhos escolares, o pertencimento escolar e a criação do PPP acontecem de acordo com a necessidade de cada escola. A democratização educacional é essencial para a formação social e humana dos alunos, assim com também é indispensável para a autonomia dos mesmos e da escola da pública.

Por fim, apresentou-se os resultados e discussão dos dados em torno da percepção discente dentro do processo de gestão verificou-se se esta é ou não democrática e participativa. Os alunos configuram a gestão como autoritária e não participativa. Os mesmos sentem a necessidade de mais diálogo com a direção/ gestão escolar.

Conclui-se que, o educando é um sujeito do processo educacional, logo, a escola precisa ser crítica, dinâmica e libertadora, e o aluno deve ser questionado e instigado a participar e ter autonomia durante todo o processo educativo. Na escola, todos os formadores educacionais necessitam desenvolver habilidades e competências que contribuam para a efetiva formação integral dos alunos baseados nos princípios da gestão democrática. Desta forma o trabalho buscou contribuir para os estudos da administração escolar participativa no âmbito da escola pública, bem como suscitar novos debates em torno do tema. A pesquisa fica aberta à novas abordagens de investigação e contributos social à participação e cidadania nos processos escolares.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Participação e organizações juvenis. Recife: Fundação Kellogg, 2004.

ALBINO, Ângela Cristina Alves et al. Projeto Político-Pedagógico em enunciação política: uma análise da prática discursiva docente. 2010.

ANPAE. Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação. Histórico da Anpae. Site da Anpae. Disponível em: Acesso em: 05 de Junho de 2018.

ARROYO, Miguel G. Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres. 2ª. Ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro. 2000.

BRANDÃO, Rosaly Hermengarda Lima. **Grêmios Escolares e novos caminhos participativos: um estudo de caso**. 2013. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

BRASIL. Fundo de Fortalecimento da Escola - Fundescola. Brasília: MEC _ BIRD, julho de 1997.

BRASIL, L. E. D. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961: Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 1961.

BRASIL, Unicef. Declaração Mundial sobre Educação para Todos - Conferência de Jomtien. 1990. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971. Brasília, 14 de janeiro de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 de junho de 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. In: Legislação brasileira do ensino de 2º grau: coletânea de atos federais. Brasília: DEM, 1978.

BRASIL. ESPINOLA, Eduardo. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946)**. Livraria Freitas Bastos, 1952.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei federal**, v. 8, 1990.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27894.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Plano decenal de educação para todos**. MEC, Ministério de Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1993.

BRASIL. Portaria Ministério da Educação n. 2.896, de 17 de setembro de 2004. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 180. Seção 2, p. 7.

BRASIL; BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, 2009.

BRITO, Renato de Oliveira. Gestão e comunidade escolar. Brasília: Liber livro, 2013.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. **Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, n. 03, 2003.

CHALITA, Gabriel. **Educação: A solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001. pág.137.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. A educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Federalismo político e educacional**. Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília, DF: Líber Livro, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: Inep, 2007.

FERREIRA, Adriana M. S. Participação discente na escola pública de ensino médio: a perspectiva dos alunos. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais. 2011.

FERREIRA, Mileidi Formaeski Tereza; PEREIRA, Antonio Serafim. Gestão escolar e participação: a percepção dos alunos. **Revista de Iniciação Científica**, v. 15, n. 2, p. 34-42, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos. Organização do trabalho pedagógico. **Revista de estudos**, v. 14, n. 1, p. 10-18, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Estimativas da população residente com data 1º de julho de 2017**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250110&search=paraiba%7Careia%7Cinfograficos%3A-informacoes-completas>>. Acesso em 04 de junho de 2018.

LELES, Maura da Aparecida. **A participação dos estudantes na gestão da escola**. 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LISBOA, C.; KOLLER, S. H. Interações na escola e processos de aprendizagem: fatores de risco e proteção. **Aprendizagem: processos psicológicos e o contexto social na escola**. ed. Vozes, Petrópolis. p. 201-224, 2004.

LÜCK, Heloisa et al. **A escola participativa: a gestão escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa. A aplicação do planejamento estratégico na escola. **Revista gestão em rede**, n. 19, p. 8-13, 2000.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora positivo, p.47-69, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Editora Vozes Limitada, 2010.

LÜCK, Heloísa: **Ação Integrada: Administração Supervisão e Orientação Educacional**: 22ªEd. Petrópolis, p.32, 2004.

MATOS DO AMPARO, Deise et al. A escola e as perspectivas educacionais de jovens em situação de risco. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 1, 2008.

NACIONAIS, Parâmetros Curriculares. ensino médio. Brasília: **Ministério da educação**, p. 538-545, 1999.

NOGUCHI, Luiza Freire. SANDER, Benno. Administração da Educação no Brasil: Genealogia do Conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 1, n. 2, 2007a.

PADOVANI, A. S. **Diferenças entre iguais: um estudo sobre características de resiliência entre adolescentes comunitários e privados de liberdade**. Trabalho de Conclusão (Graduação em Psicologia)-Faculdade Rui Barbosa, Salvador, 2006.

RAMOS, José Maria Monteoliva. **Educação de qualidade**. Edições Loyola, 2005.

SANDER, Benno. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 23, n. 3, 2007b.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Liberdade, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 13.a ed. Campinas: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 11-35

APÊNDICES

Questionário

Prezado (a) aluno (a), este questionário tem o objetivo de coletar dados sobre a visão dos alunos a respeito dos diferentes aspectos sobre a Gestão Escolar e a participação discente. É parte integrante do meu TCC, e a opinião de vocês será de grande valia para este trabalho, sob orientação da professora Ângela Albino, do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da UFPB. Os resultados da pesquisa serão utilizados para fins acadêmicos e sua identidade será preservada.

Agradecemos a sua colaboração!

- 1) Você gosta da sua escola?
() sim () não
- 2) Há quanto tempo estuda nessa escola? Como você a descreve?
- 3) Complete a sentença: uma escola democrática é aquela
que _____

- 4) Costuma ter contato com o(a) diretor(a) da sua escola?
- 5) Como foi o processo de escolha da direção? Você participou desse processo ?
- 6) Você já opinou ou participou de decisões coletivas em sua escola? Organização da estrutura física (salas, quadra, pátio, jardim, banheiros, etc), organização de festividades, conselho de classe, campeonatos, eventos em geral.
- 7) Em sua sala de aula tem eleição de presidente de turma? Como é realizada? Você considera importante essa eleição?
- 8) Em quais aspectos a escola poderia melhorar para se tornar um ambiente mais democrático? (Sugestões).

